



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

**NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES SOCIAIS NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Maria Elvira Rocha de Sá¹
Nádia Socorro Fialho Nascimento²
Thais Sousa Silva³

Resumo

Este trabalho apresenta notas sobre o desenvolvimento e a desigualdade na Amazônia brasileira como processos contraditórios (re) produzidos na região pela lógica do grande capital. Por meio de revisão de literatura sobre as propostas de desenvolvimento adotadas pelo Estado brasileiro para a Amazônia, historicamente centradas na produção mineral e, contemporaneamente, no agronegócio questiona-se o aprofundamento da desigualdade social na região. A análise reforça que a reprimarização da economia por meio da acumulação via produção de *commodities* mantém os níveis de desigualdade social impondoso, na atual quadra histórica, o desafio de decifrar a fragmentação da análise ou capitular frente à barbárie em curso.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Reprimarização da Economia; Desigualdade Social; Amazônia.

**NOTES ON DEVELOPMENT AND SOCIAL INEQUALITIES IN THE
BRAZILIAN AMAZON**

Abstract

This paper presents notes on development and inequality in the Brazilian Amazon as contradictory processes (re) produced in the region by the logic of great capital. Through a review of the literature on the development proposals adopted by the Brazilian State for the Amazon, historically focused on mineral production and, at the same time, agribusiness questions the deepening of social inequality in the region. The analysis reinforces that the reprimarization of the economy through accumulation through commodity production maintains the levels of social inequality, imposing, in the current historical period, the challenge of deciphering the fragmentation of the analysis or capitulate to the barbarism in progress.

Keywords: Development; Reprimarization of the Economy; Social inequality; Amazon.

1. Introdução

O paradigma do desenvolvimento centrado no crescimento econômico, ao não priorizar as necessidades sociais, nega o acesso aos bens socialmente produzidos e prioriza o atendimento dos interesses do mercado, recrudescendo as múltiplas

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social e pesquisadora-docente aposentada da Faculdade de Serviço Social (FASS)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)/Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social e pesquisadora-docente da Faculdade de Serviço Social (FASS)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)/Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA).

expressões da “questão social”. Estas apresentam particularidades não somente entre os continentes/países como entre as diferentes áreas do planeta ricas ou não de recursos naturais. Isso se dá porque os recursos naturais são a base do processo produtivo e as áreas onde eles se encontram em abundância são aquelas priorizadas pela exploração capitalista.

A lógica de expansão do capital concentra-se, assim, nas áreas ricas em recursos naturais e, embora isso se tenha feito desde o período colonizador, foi particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que os mecanismos de exploração daqueles recursos se fizeram com maior intensidade. Os Estados Unidos da América direcionaram seus investimentos num primeiro momento para a Europa, em seguida para o Canadá e, posteriormente, para a América Latina. Nesta última o capital maximiza seus lucros tanto pela apropriação privada da terra e, com ela, dos recursos naturais, quanto pela exploração da força de trabalho – ambos abundantes e baratos. O instrumento privilegiado do capital monopolista para o saque de recursos finitos e para os processos agudos de expropriação do trabalho foi o arranjo contemporâneo das empresas multinacionais. Ao promoverem processos exploratórios altamente tecnificados, estas corporações geraram altos níveis de dependência e subordinação entre os países-sedes e aqueles nos quais foram instaladas.

A exportação de capitais via multinacionais, especialmente na América Latina, também resultou na formação de uma impagável dívida externa, com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944, na histórica Conferência de Bretton Woods (EUA)⁴. Um reforço fenomenal foi dado à dívida externa dos países latino-americanos a partir da colocação em prática de suas receitas, pois estas serviram para que os conquistadores estrangeiros entrassem pisando terra arrasada. [...] Sob o pretexto da mágica estabilização monetária, o FMI, que interessadamente confunde a febre com a doença e a inflação com a crise das estruturas em vigência, impõe na América Latina uma política que aguça os desequilíbrios em vez de aliviá-los (GALEANO, 1985, p. 238). O alinhamento da América Latina à política da guerra fria significou uma subordinação à estratégia da reconstrução do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Nesse quadro o Brasil foi inserido ao modelo capitalista de produção, cujo

⁴ O FMI nasceu nesta conferência e tinha, inicialmente, apenas o papel de um modesto auxiliar dos Estados Unidos na resolução de problemas passageiros de financiamento de déficits na balança de pagamentos (CHESNAIS, 1999).

debate ficou em torno das condições do seu atraso econômico-industrial e a necessária superação.

Na Amazônia brasileira, os resultados decorrentes deste modelo de desenvolvimento, em suas várias faces, têm produzido não apenas o saque aos recursos naturais da região, com inquestionáveis problemas socioambientais daí decorrentes, mas, paralelamente têm afetado as condições de vida da população amazônica, nativa ou não, seja pela degradação ambiental, seja pela exploração da força de trabalho nos inúmeros processos produtivos presentes na região. Essa realidade histórica foi agravada a partir do Golpe Militar (1964-1985), pelo planejamento governamental subsumido aos interesses externos. No contexto das crises capitalistas, recorrentes desde a década de 1970 até as primeiras décadas do século XXI, o quadro de subsunção não se alterou mas, pelo contrário, foi intensificado e atualizado pelo ideário (neo) desenvolvimentista.

A atualidade desse debate é dada pelas análises dos modelos de desenvolvimento adotados em outras partes do mundo, centrados na extração mineral, que revelam formas predatórias de como atuam as grandes corporações multinacionais. Os resultados que vêm sendo produzidos respondem, de um lado, pelo acirramento da desigualdade social e, de outro, pela potencialização da produção de riquezas nos países de origem dessas grandes empresas, o que confirma, na particularidade amazônica, a máxima da lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual a produção de riqueza corresponde, na mesma proporção, à produção da desigualdade.

No estado do Pará, esta produção está assentada, dentre outras, na exploração de recursos minerais abundantes, já prospectados em seu solo e subsolo e transformados em *commodities*, confirmando-se a tendência à reprimarização da economia no contexto de subordinação aos interesses do grande capital nacional e/ou internacional (LEAL et al, 2012).

2 O desenvolvimento como estratégia de acumulação capitalista

Adam Smith (1723-1790), um dos principais representantes da Escola Clássica de Economia Política, investigava na Inglaterra, em 1776, a “natureza e as causas da riqueza das nações”, cujos resultados foram publicados na obra “A Riqueza das Nações – investigação sobre sua natureza e suas causas”, considerada a primeira a lançar as bases científicas da Economia Política, centrada numa questão a ser retomada na

atualidade, qual seja, “por que se tornaram ricas algumas nações?”⁵

Mais de dois séculos depois, aproximadamente, Ha-Joon Chang⁶, em 2002, na Inglaterra, lança o livro “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, traduzido no Brasil em 2004, com uma indagação semelhante: “como os países ricos enriqueceram de fato?” (CHANG, 2004, p. 13). O intervalo de tempo entre Adam Smith e Ha-Joon Chang é exatamente de 226 anos e as perguntas de ambos têm o mesmo sentido, ou seja, como as nações se tornaram ricas, ou ainda, por que algumas nações são ricas e outras pobres?

Para Barbosa Lima Sobrinho, no texto “*o enfoque histórico do desenvolvimento econômico*”, a preocupação de Adam Smith em estabelecer o paralelo entre países ricos e pobres foi deixada de lado pela Economia Política, quando “esta passa a se interessar pela política e pelas estratégias dos países ricos em continuarem cada vez mais ricos e não pelas angústias dos países pobres, que continuavam cada vez mais pobres. Como se quisesse ser a ciência da conservação da riqueza e não de sua obtenção ou de sua procura” (LIMA SOBRINHO, 1994, p. 7). Segundo Chang (2004), era mais um esforço para “apagar as pegadas” que ficaram da longa marcha para a riqueza. Ainda segundo Lima Sobrinho (1994, p. 8), “foi então que se começou a pensar que o desenvolvimento econômico, em vez de ser uma etapa inevitável no caminho de qualquer nação, era antes uma exceção. [...] Num manual, [...] Benjamin Higgins afirmava, peremptório e desanimador, que ‘a estagnação é a regra e o desenvolvimento econômico, a exceção’”

“Disfarçar as pegadas” e “desorientar os imitadores” pelo temor da concorrência e da disputa por recursos finitos, como são, por exemplo, os recursos naturais, têm o mesmo sentido de “chutar a escada” para que outros não tenham acesso ao seu topo. É este o significado dado ao “decálogo do Consenso de Washington”⁷. Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington foi estabelecido em 1989 pelo grupo de “principais representantes do *establishment* econômico do Primeiro Mundo”, reunido no *Institute of International Economics* sob a liderança do seu diretor, o economista inglês John Williamson, para

⁵ Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) inauguram o pensamento econômico clássico, que se divide em 2 (duas) correntes opostas: ortodoxa (marginalista-keynesiana) e heterodoxa (marxista). Ricardo publica em 1817 a obra “Princípios de Economia Política e Tributação”.

⁶ Ha-Joon Chang é coreano e professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento desta Universidade.

⁷ Segundo Batista (1994), as recomendações dadas foram: 1) Ajuste fiscal; 2) Redução do tamanho do Estado; 3) Privatização; 4) Abertura comercial; 5) Fim das restrições ao capital externo; 6) Abertura financeira; 7) Desregulamentação; 8) Reestruturação do Sistema Previdenciário; 9) Investimento em infraestrutura básica; 10) Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.

discutir “as economias que se viam às voltas com inflação alta no continente americano”. Neste grupo estavam representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal. O “decálogo” e suas “boas práticas” deveriam ser observados pelos países da América Latina, América Central e Caribe que não quisessem ter com eles (FMI, Banco Mundial, governo americano) relações de animosidade.

Esta conclusão é corroborada por Chang (2004), ao afirmar que os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotarem o que chamam de "boas políticas e boas instituições", capazes de promover o desenvolvimento econômico. As "boas políticas" seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, destacando-se as políticas macroeconômicas restritivas, de liberalização comercial e financeira, de privatização e de desregulamentação. As "boas instituições" seriam as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxões, por exemplo, a democracia, o poder judiciário, o banco central independente e uma forte proteção aos direitos de propriedade. Os argumentos são que "políticas e instituições boas" foram adotadas pelos países desenvolvidos quando estavam em processo de desenvolvimento. No entanto, Chang (2004, p. 38) busca demonstrar que “a maioria deles aplicou políticas quase opostas ao que a ortodoxia atual diz que eles aplicaram e ‘recomendam aos atuais países em desenvolvimento’”. Há evidências históricas que sugerem o contrário do que a “ortodoxia” tenta convencer.

Após a análise do desenvolvimento econômico sob um prisma histórico, Chang (2004) conclui que se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, não seriam o que são hoje. Muitos deles, ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, hoje consideradas políticas "ruins" quando adotadas pelos países em desenvolvimento. Além disso, no século XIX e início do século XX, antes de se tornarem países desenvolvidos, havia poucas instituições que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os países cêntricos, pregando políticas ortodoxas, estariam hoje "chutando a escada" para que os países periféricos não consigam seguir os mesmos caminhos trilhados por eles para alcançarem o recomendado “desenvolvimento”.

O ponto alto da análise são os dados históricos que questionam determinados mitos em relação aos países desenvolvidos. Por exemplo, Chang (2004) deixa claro que

de 1820 até 1931 os EUA e outros países cêntricos adotaram políticas altamente protecionistas para defender a sua indústria nascente, sempre alegando que estavam liberalizando seus mercados. Ao analisar as políticas de Indústria, Comércio e Tecnologia (ICT), menciona práticas que seriam consideradas "ruins" nos dias de hoje, como o que ocorreu na Alemanha, entre o fim do século XVIII e começo do XIX, quando foram introduzidas tecnologias avançadas dos países mais desenvolvidos, especialmente da Grã-Bretanha (siderurgia, forno a coque e motor a vapor), mediante uma combinação de espionagem industrial patrocinada pelo Estado com a cooptação de trabalhadores especializados (CHANG, 2004, p. 66).

Ao abordar a questão da democracia na “história do desenvolvimento institucional nos países desenvolvidos”, Chang (2004, p. 127-136) demonstra que de um lado, nos países desenvolvidos, durante muito tempo a democracia “não foi muito democrática, porque excluía pessoas por renda, sexo, cor”; de outro, que governos legitimavam-se com a compra de votos no parlamento, com a fraude eleitoral e com a corrupção. Apresenta, portanto, não só uma visão crítica em relação ao papel do Estado no processo de desenvolvimento, como em relação às políticas recomendadas aos países periféricos pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), estimulando a crítica às estratégias de desenvolvimento que vêm sendo induzidas e adotadas por estes países.

Os “modelos” de desenvolvimento são prenes de materialidades, reveladas pelas políticas setoriais que passam a lhes dar identidade e são propostas pelos países periféricos como estratégias de superação do atraso em relação aos países cêntricos. Essas políticas são resultantes de “escolhas” dos governantes que estão no poder e, segundo Cardoso (1977), em análises fecundas sobre “a ideologia do desenvolvimento” no período de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros (1961), o “sentido geral do desenvolvimentismo” nestes governos é revelado quando “[...] a ideologia consegue apreender o Brasil como parte de um sistema, [...] facilmente identificável como sistema capitalista. [E], fundamentalmente, o desenvolvimentismo visa uma integração mais dinâmica no sistema capitalista (CARDOSO, 1977, p. 331-332).

3. Riqueza e miséria na Amazônia brasileira

A implantação na Amazônia brasileira de grandes empreendimentos econômicos, especialmente a partir da década de 1970 contribuiu, decisivamente, para a

reconfiguração econômica, ambiental e social da região. Estes empreendimentos - especialmente os minero-metalúrgicos -, e as intervenções do poder público através de rodovias e estradas federais e estaduais, usinas hidrelétricas e projetos agroexportadores - como a recente monocultura de soja e dendê -, resultaram na expropriação do homem nativo. O cultivo da soja no Brasil teve início na Região Sul, mais precisamente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, de onde rumou para a zona do cerrado, chegando até o Maranhão e, daí, seguindo pela rodovia Cuiabá-Santarém, penetrou na região do Baixo Amazonas paraense (Fialho Nascimento *et al*, 2012).

A produção de soja e dendê na Amazônia se insere no quadro de expansão do agronegócio no Brasil, o que se deu por meio do II Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) e sua leitura regional e do II Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PDRA) que possibilitaram a produção de oleaginosas na região. O estado do Pará foi (é) um dos lócus do modelo (neo) desenvolvimentista de produção de dendê, iniciado na década de 1980 quando a empresa AGROPALMA iniciou suas atividades no Nordeste Paraense. Entretanto, somente a partir da década de 2000 é que se iniciaram os incentivos do governo federal e estadual para essa atividade a qual passou a ser explorada em grandes extensões de terras e, em consequência, levou ao aumento da produção.

Com esses incentivos, houve a inserção de empresas nacionais e transnacionais na região, como é o caso da BIOPALMA, da Petrobrás Biocombustíveis (P BIO), da portuguesa GALP Energia, da Multinacional ADM (*Archer Daniels Midland Company*), do Grupo AGROPALMA entre outras. Devido ao baixo custo na produção e mão de obra barata, o estado do Pará tornou-se cobiçado pelo grande capital e, atualmente, é o maior produtor de dendê em nível nacional. Vale ressaltar que, antes da inserção do processo de mercantilização do dendê na região, as relações sociais no campo eram outras e se efetivavam de forma singular, especialmente por meio do cooperativismo e na agricultura familiar. Nestas as trocas de mercadorias não eram intermediadas pelo dinheiro, a produção se voltava para a subsistência, a base do trabalho não era assalariado e o tempo de trabalho era regularizado pelo próprio trabalhador, sendo este o dono dos meios de produção.

Com a introdução das empresas monocultoras de dendê, a ausência do Estado na elaboração de políticas públicas e sociais para o campo e a falta de investimentos na agricultura familiar, o pequeno agricultor vai transformando-se em trabalhador

assalariado pois, sem ter outros meios de sobrevivência, vende a sua força de trabalho para as empresas ou submete suas terras ao cultivo de dendê através dos contratos de integração. Observa-se neste cenário, uma nova concepção de território, que tem como consequência dois processos: o êxodo rural e a migração da população de outros municípios para a região em busca de emprego alterando, significativamente, a realidade das comunidades afetadas pela expansão do agronegócio e acentuando-se, assim, a (re) produção das expressões da “questão social” no campo e na cidade.

4. À Guisa de conclusão

As políticas desenvolvimentistas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1950, apoiadas na expansão da industrialização na perspectiva de superar a condição de país “subdesenvolvido” objetivavam investir no desenvolvimento econômico de “pólos estratégicos” na tentativa de aumentar as exportações e ainda reduzir drasticamente as importações. Esse modelo de desenvolvimento, à exemplo de outros momentos históricos, (re) produziu expressões da “questão social” na particularidade da Amazônia brasileira uma vez que os objetivos desejados atendem às necessidades do grande capital e não às necessidades da população trabalhadora.

Na realidade amazônica natureza e homem são partes integrantes de uma mesma realidade, onde a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho sobre ela e onde o homem, quando se apossa da terra, “produz nela, preferencialmente, valor de uso, embora (...), também produza valor de troca, integrado que está em um sistema que lhe exige a produção de um excedente compulsório” (LEAL, 1981, p. 14). Quando a dinâmica do modo de produção capitalista age, especialmente através da implantação de grandes empreendimentos econômicos, alterando as relações dos homens entre si e com a natureza, têm-se tanto o deslocamento dos ocupantes originários dos espaços onde aqueles empreendimentos se instalaram - ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, trabalhadores rurais, etc -, como a atração de trabalhadores de outras regiões do país em busca de trabalho. Este contingente de antigos e novos expropriados faz crescer a população das pequenas, médias e grandes cidades da Amazônia, as quais não oferecem infraestrutura básica para o atendimento de suas necessidades agravando ainda mais as expressões da “questão social” na região.

A destinação da Amazônia como área de recursos naturais estratégicos para o suposto “desenvolvimento” do país, através do reforço à economia voltada ao setor primário exportador gera altos lucros ao capital mas não reverte esses lucros (e nem poderia em se tratando da sociedade do capital) na garantia mínima de proteção social aos trabalhadores. Esses processos produzem o aumento do trabalho informal e a conseqüente demanda por políticas sociais que possam confrontar essa realidade de pauperização e desigualdade social na Amazônia brasileira. Isso explica o número expressivo de famílias que buscam os programas e serviços sociais institucionalizados pelo governo federal à exemplo do PBF.

A maioria das análises econômicas sobre a realidade dos países periféricos como o Brasil, feitas por agências multilaterais ou grupos nacionais direta ou indiretamente a elas vinculados, está voltada para (re) ajustes do sistema capitalista de mercado, sem, no entanto, serem convincentes com as soluções apresentadas. Alguns resultados recorrentes, contraditoriamente, têm sido: inflação contida a custa de altos níveis de recessão; flutuação das bolsas de valores alimentada pela volatilidade do capital financeiro, vulnerabilizando as economias dos países em tempo real; elevação das taxas de juros, aprofundando a recessão e o desemprego; abertura do câmbio e risco de novos ciclos inflacionários.

O celebrado progresso tecnológico e o crescimento da economia não contribuem para o aumento de empregos, como foi prognosticado no discurso dos governantes de diversos países e de diferentes matizes ideológicos. Pelo contrário, no Brasil, por exemplo, o que se constata é uma mudança estrutural da economia, que se manifesta na redução drástica dos postos de trabalho na indústria, no sistema bancário e nos serviços. É a confirmação de que os tempos atuais dos países de capitalismo avançado estão marcados pela ideia de que não há mais garantia de emprego para todos, ou seja, a falácia do pleno emprego que movia patrões e trabalhadores nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1975) ruiu por terra.

O desemprego é considerado mundialmente o maior questionamento do sistema capitalista, na medida em que se alastra em quase todos os países sob a sua influência. Desse modo, neste trabalho, as expressões da “questão social” na Amazônia reproduzem os interesses de uma sociedade globalizada que, por um lado, têm garantido as condições necessárias para a acumulação do capital com base na exploração intensiva

dos recursos naturais dessa região e, por outro, esse processo é acompanhado pela instabilidade social do trabalho, da moradia, da renda salarial e das condições de vida de frações massivas das classes trabalhadoras.

O forte teor ideológico neoliberal de focalização, de redução dos gastos sociais e de responsabilização do indivíduo pelo seu “insucesso” esvaziado de historicidade, em conjunto com ausência de um movimento reflexivo e crítico acaba por constituir uma espécie de naturalização social dessa condição. No caso das regiões historicamente marcadas pela exploração da natureza e do homem, como é o caso da Amazônia, aquela ideologização pode conduzir, no limite, a identificar a pobreza da região como resultante de aspectos culturais próprios de sua gente.

A condição da Amazônia de *locus* preferencial da acumulação capitalista se dá, segundo Fialho Nascimento (2006), pela presença abundante – em quantidade e qualidade –, de recursos naturais, imprescindíveis ao processo produtivo (terra, água, florestas, minérios, etc). Em paralelo se tem a subserviência política e econômica da região aos interesses do grande capital, nacional e internacional determinando, assim, a particular inserção da Amazônia no contexto das necessidades históricas da acumulação capitalista como área de “saque” de suas riquezas naturais.

A abordagem do desenvolvimento no contexto da sociedade capitalista e, particularmente, na conjuntura de crise contemporânea do capital, exige não só uma concepção teórica que dê conta das metamorfoses do capital e do trabalho vivo como, também, que se apontem formas de resistência capazes de anunciar e construir coletivamente um novo projeto de sociedade. Não é suficiente constatar, como diria o velho Marx, o que vem ocorrendo nas regiões/nações ricas em recursos naturais e expressões da “questão social”. É essencial projetar um futuro para além do capital e do capitalismo e vislumbrar o que pode significar um “modo de produção dos produtores associados”, centrado, de um lado, na potencialização do “trabalho vivo”, entendido como “trabalho humano” em toda sua plenitude em termos de capacidade inesgotável e infinita de (re) criação e, de outro, na emancipação hegemônica da(s) classe(s) trabalhadora(s), como propuseram Marx e Engels (1998).

O que está em jogo é o desafio do engajamento político-ideológico de amplos segmentos de trabalhadores/as nas lutas por um projeto de nação soberana e independente, pela possibilidade histórica de se ter um país com todas as

potencialidades e as riquezas acumuladas no solo e no subsolo, que garantam às atuais e futuras gerações o acesso igualitário ao que é produzido socialmente. Gerações estas de ascendência indígena, ribeirinha, quilombola ou de qualquer origem étnica ou social, capazes de resistir às formas de barbárie recorrentes na contemporaneidade, contexto em que é emblemática a sucessão de assassinatos seletivos de lideranças indígenas, agroextrativistas e de trabalhadores sem-terra engajadas nas lutas pela terra, gerada pela prevalência, no modelo de desenvolvimento chancelado pelos poderes constituídos, dos interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais vinculados ao agronegócio e à exploração mineral em diferentes regiões do Brasil, com ênfase na Amazônia.

As políticas públicas implementadas por diferentes governos e seus resultados vêm revelando limites intransponíveis e não apresentam inflexões significativas nos determinantes estruturais que estão na raiz das contradições que fundamentam sua proposição. O que se apresenta como óbvio é que as ações do Estado em nível federal e/ou regional, na condução das políticas públicas (o que inclui também a inoperância delas), são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, o que determina a impossibilidade de superação das contradições pela adoção de “soluções” fundamentadas na mesma lógica que as cria.

Que se percam as ilusões (sem perder os sonhos!...), a ingenuidade e a inocência. Quando se propaga o paradigma do desenvolvimento sustentável ou auto-sustentável não se está sendo ingênuo, inocente e/ou iludido? A sustentabilidade pretendida interessa a quem? E, ainda, quem são os principais agentes da disseminação destas ideias? Respostas a estas e outras questões significam decifrar o enigma, como o que se defrontou Édipo diante da Esfinge (“Enigma da Esfinge”), do “(neo) desenvolvimento” ou, como propõe Harvey (2011), do “capital e [d]as crises do capitalismo”. Configura-se, assim, o desafio em decifrá-los rapidamente, do contrário, enquanto se está a decifrá-los, eles poderão nos devorar.

Referências

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil**: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada** – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin** – porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos? São Paulo: UNESP; ATTAC, 1999.

DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Informe Mineral do Pará, 2013. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=8950. Acesso em: 02 jul.2014.

EMBRAPA-EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Atlas do Meio Ambiente do Brasil**. Brasília: EMBRAPA; SPI/Terra Viva, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEAL, Aluizio Lins; SÁ, Maria Elvira Rocha de; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; CARDOSO, Welson de Sousa. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re)produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 157-167, jan./jun. 2012.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O enfoque histórico do desenvolvimento econômico. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

SEDECT-SECRETARIA DE ESTADO, DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Programa e ações do novo modelo de desenvolvimento**. Belém/PA, s/d. Disponível em: <<http://www.select.pa.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2010.